

as condições fundamentais da oração cristã. A primeira delas, a atitude filial. Por isso mesmo, o ponto de exclamação (!), colocado logo após a expressão "Pai Nosso", é um pormenor significativo. Exprime o grito filial.

O Pai Nosso é, ao mesmo tempo, a oração dominical e a oração eclesial. Oração do Senhor e oração do seu corpo, que é a Igreja.

A explicação do Pai Nosso está baseada nos ensinamentos das Catequeses Mistagógicas dos Padres da Igreja, portanto, no contexto vivo da liturgia batismal.

Finalmente, devemos ressaltar a dimensão pedagógica desta última parte do Catecismo, que trata da oração. Em vez de apontar métodos da oração, ele apresenta testemunhas vivas: personagens bíblicos, sobretudo a figura orante de Jesus e sua Mãe. No tempo da Igreja, os santos, a igreja doméstica, os grupos de oração, as pessoas consagradas, os catequistas. Em vez de escolas de espiritualidade, o Catecismo se inspira na tradição da oração do oriente e do ocidente. Sublinha ainda, o caráter dialógico da oração. Ao tratar da revelação da oração, mostra

que, na oração, é Deus quem toma a iniciativa. A nossa oração é, na realidade, apenas uma resposta. E, nos salmos, a Bíblia coloca em nossos lábios a resposta.

Creio que a importância que o Catecismo dá à oração e à profundidade com que a trata, juntas com outras experiências de oração hoje difundidas, provocarão uma renovação da Igreja. Pois a oração não é só epíclise, invocação do Espírito. A oração alarga também o espaço do nosso ser, da nossa vida, para que o Espírito possa agir. As instituições e estruturas da Igreja, a teologia e as práticas pastorais, só se renovam quando animadas pelo Espírito de Deus. Quando todas as nossas atividades são envolvidas pela oração, então toda a nossa vida se torna oração. Toda a nossa vida se torna experiência do Espírito.

Pe. Beni dos Santos é Doutor em Teologia e Professor de Eclesiologia e Teologia do Espírito na Faculdade N. S. da Assunção.

Endereço: Av. Nazaré, 993
CEP 04263-100
Ipiranga - SP

AS FORÇAS IMPERIALISTAS CONTEMPORÂNEAS

Pe. Dr. José Benedito Simão

A força controladora do recente tipo de imperialismo que se exerce na América Latina é conseqüente das relações de dependência com o bloco trilateral formado pelos Estados Unidos da América do Norte, pela Europa e Japão que, se organizaram e tornaram-se grandes potências econômicas e políticas do hemisfério ocidental, sobretudo os Estados Unidos que ainda exerce o domínio vigilante da segurança dos seus interesses e das suas aliadas potências econômicas¹.

As nações da América Latina com o tempo deixaram de ser colônias ibéricas, de sofrer o intervencionismo britânico exclusivo,

saindo de uma situação colonial controlada por uma economia de estilo mercantilista para serem submetidas a uma condição "neo-colonial", sob a guarda dos princípios neo-liberais, isto é, exploradas pelo capital externo investido na região, exploradas pelo indviduamente internacional, "tornaram-se formalmente autônomas e continuaram, igualmente, subdesenvolvidas e dependentes, revelando por inteiro, na ordem internacional, o significado profundo das discrepâncias entre o status jurídico, de um lado, e o status econômico, social e político, de outro."²; tornaram-se um

1. Cf. Octavio Ianni, *Imperialismo na América Latina*, 2a. edição, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1988, p.23. "Desde a Segunda Guerra Mundial, tornou-se cada vez mais evidente para os governantes norte-americanos e os seus associados latino-americanos, a conveniência de pôr em prática e desenvolver um padrão de diplomacia que abarcasse todas as relações e estruturas básicas envolvidas em sua supremacia sobre as outras nações do continente. Desde então, os interesses econômicos, políticos e militares, além dos acordos, tratados e programas culturais, universitários, científicos, sindicais e religiosos, passaram a ser encarados como elementos mais ou menos importantes, conforme o caso, das relações hegemônicas dos Estados Unidos sobre os outros países do hemisfério. Tanto assim que a espionagem e os programas destinados à preparação de forças especiais para a repressão de movimentos sociais também passam a fazer parte desse sistema de relações. Ocorre que a diplomacia total é parte preeminente do tipo de supremacia que os Estados Unidos exercem no continente e no âmbito do capitalismo mundial."; Doc. Santo Domingo, n. 208.

2. Costa Pinto, *Desenvolvimento Econômico e Transição Social*, 3a. edição, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978, p. 180.

novo modo de serem colônia do bloco neo-liberal, Europa, Japão e Estados Unidos, se destacando esse último como força mantenedora da nova estrutura sócio-econômica no continente americano, que para tal, exerce uma política de pressão, de ameaça, de "interferência sem responsabilidade"³ sobre os países do hemisfério sul, principalmente quando um ou outro tenta sair do padrão, isto é, da estrutura atual, quando tentam buscar novos modelos econômicos que possam solucionar o problema da falta de uma infra-estrutura social que ofereça ao povo um certo alívio desufocante da crise em que de forma geral, o continente latino se encontra mergulhado⁴.

Situando-se no dinamismo da Conferência de Medellín⁵, ou seja, com os olhos lucidamente voltados para a atual realidade do continente latino-americano, Puebla retoma e faz sua a palavra de Paulo VI em EN, 30: "*O que Paulo VI apresentou na Evangelii Nuntiandi reflete lucidamente a realidade de nossos países: É bem sabido que em termos fala-*

*ram, durante o último Sínodo, numerosos bispos de todo os Continentes e sobretudo os bispos do Terceiro Mundo, com um acento pastoral em que vibravam as vozes de milhões de filhos da Igreja que constituem tais povos. Povos - já o sabemos - empenhados com todas as suas energias no esforço e na luta para superar tudo o que os condena a ficarem à margem da vida: fome, enfermidade crônica, analfabetismo, empobrecimento, injustiça nas relações internacionais, especialmente nas de comércio, situações de neocolonialismo econômico e cultural, por vezes tão cruel quanto o político, etc. A Igreja - repetiram os bispos - tem o dever de anunciar a libertação de milhões de seres humanos, entre os quais há muitos filhos seus; o dever de ajudar a nascer esta libertação, de dar testemunho da mesma, de fazer que seja total. Nada disto é estranho à evangelização"*⁶.

A política econômica que se desenvolve na América Latina é influenciada e determinada pela

trilateral tendo os Estados Unidos como polo estrategicamente útil para a manutenção da vigente ordem da estrutura econômica-política no continente, portanto, por adesão ou oposição, a presença dos Estados Unidos e de seus aliados dominantes é sintomática na América Latina, diretamente ou indiretamente⁷. Somente é possível entender as diversas mudanças das gerências do poder político, as diversas linhas econômicas assumidas pelos regimes, ou também de sistemas, se levar em conta o desenrolar das relações exteriores com os países imperialistas.

Estas relações vêm mostrar as integrações do imperialismo quanto a realização das movimentações políticas sucedidas na América Latina, sejam golpes de Estados geralmente promovidos pelas forças militares com a implantação de violentos regimes ditatoriais, sejam aberturas dos regimes confun-

didadas com grande avanço democrático⁸.

O fator econômico do lucrativo capital estrangeiro na América Latina possui o domínio de controle dos novos rumos que o continente deve tomar, não importa o tipo de regime, o que importa é o sistema, é a economia de livre mercado, é a segurança da preservação do "status quo" que concede plena liberdade ao poder econômico e conseqüentemente político dos projetos imperialistas⁹.

Portanto, as relações, sejam de ordem econômica, política e militar seguem diversas modalidades de execução nos países que compõem o continente sul da América. Isto vai depender do nível de relações comerciais, empresariais, dos interesses das forças políticas e governamentais no plano inteiro. Esta realidade mostra que as relações econômicas nunca deixam de ser também políticas; a apropria-

7. Cf. Octavio Ianni, op. cit., pp. 17, 19.

8. Cf. Doc. Puebla, nn. 40-42, 507-512, 531; *Vocazione e missione dei laici nella Chiesa e nel mondo a vent'anni dal Concilio Vaticano II*, Sinodo dei Vescovi, Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano, 1987, n. 64; Doc. Santo Domingo, nn. 234-235; 191-192.

9. Cf. O. Ianni, op. cit., pp. 109, 178; Celso Furtado, *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, Editora Civilização Brasileira S. A., Rio de Janeiro, 1968, p. 41; C. Pinto, *Desenvolvimento...*, op. cit., p. 45: "... na América Latina a tradição histórica nas relações internacionais e diplomáticas consiste, em boa parte, nos padrões de ajustamento das sociedades nacionais, após a independência política, já como nações, à condição de dependência econômica e de subordinação cultural às exigências e imperativos da expansão do capitalismo ocidental, da qual elas foram parte essencial, embora não fossem a parte mais beneficiada."; S. Domingo, nn. 194-195.

3. Ibid., p. 44; Cf. Santo Domingo, n. 199.

4. Cf. Octavio Ianni, op. cit., pp. 151-153; Tulio Holperin DONGHI, *História Contemporânea da América Latina*, 4a. edição, Alianza Editorial, Madrid, 1975, pp. 280, 356; Doc. Medellín, Movimentos de Leigos, n. 2; Documento Santo Domingo, nn. 149, 230.

5. Cf. Doc. Medellín, Pobreza da Igreja, nn. 1-2.

6. Doc. Puebla, n. 26; Doc. Santo Domingo, n. 179.

ção econômica e o domínio político articulam-se conjuntamente¹⁰.

1. A Hegemonia Anglo-Saxônica

A partir da segunda guerra mundial, com a vitória dos Estados Unidos e aliados, dentre os quais a América Latina, a futura caminhada do sul americano muda de aspecto. O mundo foi dividido em dois grandes impérios: por um lado a Rússia com o controle do bloco socialista, enquanto por outro lado os Estados Unidos preponderantemente reforçado se desponta como o grande império capitalista, exercendo todo tipo de pressão política com a finalidade de conseguir ter sob o seu controle os países de modelo econômico capitalista¹¹. Dentro do processo, os Estados Unidos acaba assumindo a liderança do mundo capitalista, destacando-se como o grande expoente do desenrolar

de uma nova fase desse modelo econômico que teria pela frente o seu grande rival - o império russo, que também procurava se articular com o mundo no interesse de expandir sua área de influência. É a época em que começa se desenrolar a guerra fria, que é uma verdadeira forma de continuidade da segunda guerra, onde os conflitos se sucederam, não só através de confortos verbais entre governos, mas também através de confrontos armados em vários lugares do mundo entre os dois polos imperialistas, que agiam não só indiretamente, mas também diretamente com seus contingentes militares nas áreas de interesses, como aconteceu com **Cuba, Vietnã, Nicarágua, Angola, Moçambique**, etc.¹². Tal tática de política internacional foi inegavelmente prejudicial para todo o processo de desenvolvimento, não só para a América Latina mas para todo o Terceiro Mundo¹³.

A partir da segunda guerra, a América Latina principalmente,

sentiu a supremacia norte-americana que veio a solidificar com as novas relações políticas, econômicas e militares estabelecidas; além de acordos científicos, culturais, sindicais, religiosos, etc. Houve uma aproximação maior no sentido da América Latina tornar-se absorvida em todos os aspectos. Começou a vigorar uma espécie de diplomacia hegemônica onde a influência do império atinge até mesmo o aspecto sócio-cultural da sociedade, como por exemplo a questão do racismo que é um dos elementos que devemos levar em conta, pois vem introduzido nesta nova diplomacia¹⁴. A ideologia do império penetra através de todos os meios disponíveis, seja no mundo do trabalho, seja na educação, na família, na Igreja, enfim todas as instituições humanas são inevitavelmente atingidas pela força ideológica que justifica e fornece segurança aos interesses do lucro em jogo. O hemisfério recebe uma forte dose de inculturação, levando-o a tornar-se associado depen-

dente dos governantes norte-americanos¹⁵.

Para manter os interesses garantidos, a influência que os Estados Unidos ainda exerce sobre a América Latina é intervencionista, não só a cultura, não só o dólar intervém, mas é todo um projeto intervencionista que torna as relações carregadas de ambigüidades e controvérsias¹⁶. O projeto intervencionista tem como grande empenho gerar uma doutrina que garanta a harmonia dos interesses políticos e econômicos. Portanto, muitas vezes diante da movimentação da população devido à insatisfação da situação de vida, dos problemas de trabalho, saúde, salário, etc, esta doutrina assume a tarefa de evitar uma possível rebelião popular; aliás, até pouco tempo atrás, antes do efeito "perestroika" - movimento transi-histórico em favor das mudanças estruturais sócio-econômicas em processo no leste europeu - um dos grandes motivos dos Estados Unidos desenvolver uma soberania no continen-

10. Cf. C. Furtado, *Subdesenvolvimento...*, op. cit. pp. 110-111; Puebla denuncia a situação de "desequilíbrio da sociedade internacional" e apela para uma "nova ordem internacional": P. n. 1275; para "o direito a uma convivência internacional justa entre as nações, com pleno respeito à sua autodeterminação econômica, política, social e cultural": P. n. 1276; Cf. nn. 64, 1293; S. Domingo, n. 198.

11. Pierre Chaunu, *História da América Latina*, 2a. edição, Pensamento, São Paulo, 1971, p. 86; O Ianni, op. cit., p. 141.

12. Cf. O. Ianni, *Imperialismo...*, op. cit., pp. 27, 67; C. Furtado, *Subdesenvolvimento...*, op. cit. pp. 25-34.

13. Cf. SRS, n. 21.

14. Cf. Doc. Puebla, nn. 53-54; S. Domingo, n. 208; *Imperialismo...*, op. cit., pp. 18, 24; Darcy Ribeiro, *As Américas e a Civilização*, 4a. edição, Vozes, Petrópolis, 1983, pp. 81-84. Vânia Bamberira, *Il Capitalismo asservito dell' America Latina*, Giangiacomo Feltrinelli Editore, Milão, 1974, pp. 87-95.

15. Cf. Doc. Puebla, nn. 61-62; O. Ianni, *Imperialismo...*, op. cit. pp. 81-90; 216-217; Ismael Silva Fuenzalida, *Marginalidad, transacción y conflicto social en América Latina*, Ed. Herder, Barcelona, 1972, pp. 15-99.

16. Cf. O. Ianni, *Imperialismo...*, op. cit., pp. 25-26, 101.

te, era o terror das influências do império russo; o grande inimigo era o comunismo internacional, portanto, não é de se estranhar que na América Latina tenha havido o empenho de militarização do poder político, sendo que as forças armadas assumiam normalmente duplo compromisso: não só garantir a defesa nacional externa, mas também e principalmente se dedicar à segurança interna¹⁷. Através do surgimento e desenvolvimento da “doutrina Monroe”, os governantes norte-americanos declaram e põem em prática seu domínio no hemisfério do continente sul, valendo-se de certos tratados e promessas de ajuda mútua, de colaboração, que assumem certas denominações, como por exemplo, “pan-americanismo”, “política de boa vizinhança”, “interdependência entre Estados”, “cooperação internacional”, etc., que não deixam de ser um instrumental bem apropriado para mascarar a

hegemonia dos Estados Unidos na América Latina, que se serve de um discurso não intervencionista para de fato intervir na prática de forma estrategicamente política e econômica¹⁸. A política intervencionista é profundamente maquiavélica; ela age através de muitos acordos e organizações internacionais, como por exemplo, a “Aliança para o Progresso” em 1961, que visava colocar em ação o teor da carta “Del Punta Del Este”, a qual revela a maliciosa hegemonia do imperialismo norte-americano ao assumir uma postura contra-revolucionária, procurando aperfeiçoar os aparelhos repressivos na América Latina e promover os devidos preparos de forças militares anti-guerrilheiras dos Estados Unidos e da América Latina¹⁹. Com o acordo da OEA - 1948 (Organização dos Estados Americanos)²⁰ - os Estados Unidos passaram a oferecer através deste, ajuda à América Latina de

forma diferente, de uma ajuda bilateral, direta, passaram a oferecer uma ajuda maior por intermédio das instituições multilaterais, dando assim aos governos latino-americanos um poder de decisão maior de como empregar este dinheiro na execução de diversos projetos com o objetivo de suprir certas carências sociais; vinte países latino-americanos conforme as necessidades do desenvolvimento²¹.

A política intervencionista age por intermédio das organizações bilaterais e multilaterais, interamericanas e mundiais, outros recursos, outras agências que agem nos

diversos aspectos internos de cada nação e que facilitam indubitavelmente a despolitização, fator importantíssimo para a manutenção do “status quo”, isto é, a preservação da hegemonia dos Estados Unidos sobre a América Latina que constantemente aperfeiçoa os seus mecanismos²². A política intervencionista possui métodos de ação que se encaixam diversamente nos países que compõem o sul do continente. O que acontece é que os países não são iguais, possuem logicamente características comuns, enfrentam problemas semelhantes ou iguais, mas cada um tem a sua fisionomia própria, a sua

ter sido muito questionada e criticada devido aos reais motivos que a levou a se concretizar, contudo, não se sentiu uma participação eficaz da OEA neste episódio: Cf. *Almanaque Abril* 1983, Ed. Abril Ltda., São Paulo, p. 176. E mais recentemente a invasão armada dos Estados Unidos no Panamá em 1989 e conseqüentemente a invasão e saque na embaixada da Nicarágua junto a este país, são fatos que demonstram que a OEA é uma instituição débil: Cf. *Jornais “Folha da Tarde”*, São Paulo, 21/12/89, p. 8; “*Folha de São Paulo*”, São Paulo, 24/12/89, p. A-10, e do dia 31/12/89, pp. A-12 e A-13. Por ser frágil, por não conseguir tomar nenhuma atitude efetiva nos acontecimentos graves da América Latina, a OEA é muito questionada e não goza de crédito pelas nações do hemisfério Sul da América.

21. Cf. O. Ianni, *Imperialismo...*, op. cit., pp. 28-29, 77, 123-125. Como já mencionada na nota 11, Puebla defende um novo direito internacional que garanta uma ordem mundial, baseada na justiça, de fato, na liberdade e no desenvolvimento autônomo das nações: Doc. Puebla, nn. 1278-1280, 1146; Santo Domingo, nn. 194, 196.

22. Cf. O. Ianni, *Imperialismo...*, op. cit., pp. 38-41, 119-122, 131; D. Ribeiro, *As Américas...*, op. cit., pp. 69-70; já a Carta Encíclica *Populorum Progressio* n. 52, chama a atenção quanto a esta questão: “podem manter-se, sem dúvida, acordos bilaterais ou multilaterais: estes acordos permitirão substituir as relações de dependência e os ressentimentos vindos de uma era colonial, por boas relações de amizade, mantidas num pé de igualdade jurídica e política. Mas incorporados num programa de colaboração mundial, ficariam isentos de qualquer suspeita. A desconfiança dos beneficiados seriam assim atenuadas. Temeriam menos certas manifestações a que se chamou neocolonialismo, dissimuladas em auxílio financeiro ou assistência técnica, sob a forma de pressões políticas e domínios econômicos, tendo e vista defender ou conquistar uma hegemonia dominadora.”

17. Cf. *ibid.*, pp. 31-34, 163; Doc. Puebla, nn. 314, 1247.

18. Cf. O. Ianni, *Imperialismo...*, p. 30; C. Furtado, *Subdesenvolvimento...*, op. cit., nn. 23-24.

19. Cf. O. Ianni, *Imperialismo...*, pp. 35-37.

20. Tal acordo, trata-se de um sábio recurso para camuflar ou diminuir a acusação que os Estados Unidos exercem uma política soberana na América Latina, dando a parecer que os latino-americanos são autônomos. Por outro lado, através de negociações realizadas por intermédio de multilaterais é útil no sentido de afastar a suspeita que o império está favorecendo mais um país em relação ao prejuízo de outros. Com o conflito entre a Argentina e a Inglaterra em 1982, devido ao direito reclamado pelas duas nações sobre o território das Ilhas Malvinas, motivo que as levou ao conflito armado, sendo a Argentina derrotada, apesar da guerra em si,

maneira de tentar articular politicamente os seus conflitos internos, portanto, a posição dos Estados Unidos frente aos países latino-americanos consiste em relações diversificadas, pois trata-se de relações desiguais entre desiguais²³.

Um outro fator é que além de ser grande a distância da possibilidade de diálogo entre o norte e o sul da América, também entre os países latino-americanos falta ainda uma unidade maior, apesar da iniciativa de integração para formarem um mercado comum, em favor do qual a Igreja não cansa de exortar e de não haver rivalidades e competições significantes entre si como “*expressão de oposições reais de interesses nacionais*”²⁴. “*Experimenta-se um isolamento e fragmentação de nossas nações, ao mesmo tempo em que se incrementa uma globali-*

zação da economia planetária junto à formação e/ou reformulação de grandes blocos”²⁵.

Tudo favorece para se estabelecer o jogo do aliado preferencial, que se dá com os Estados Unidos que procura dentro do possível manter laços mais próximos com o Brasil, México e Argentina, países que funcionam como pilares da estrutura imperialista. Sendo assim, na América Latina estes países são considerados como herdeiros do imperialismo e são vistos também como imperialistas²⁶.

Os países latino-americanos se encontram todos, sendo ou não aliados preferenciais numa situação típica de dependência sistematizada²⁷. Os países que constituem os aliados preferenciais, não possuem sorte melhor que os demais e na verdade são ainda mais dependentes, pois possuem forças

armadas com capacidade repressiva maior que a capacidade de insurreição popular. O fortalecimento do aparato bélico dos aliados preferenciais sempre foi uma manobra política que garante o sono tranquilo dos governantes. A situação de dependência que se explica no político, econômico e científico é tão sólida que não apresenta alternativas claras de como sair desta situação. Contudo, alguns governos de linha nacionalista têm tentado reformular os contratos e reduzir as influências imperialistas nos negócios americanos, porém, constata-se nenhum resultado permanentemente concreto²⁸. Nesta linha foram característicos os governos de **Cardenas no México (1934-1940)**, **Getúlio Vargas no Brasil (1930-1954)**, **Peron na Argentina (1945-1955)**, **Rojas Pinilla na Colômbia**

(1957), governos oligárquicos de linha nacionalista populista²⁹ que reagiram ao imperialismo no sentido de rever e reformular as relações de dependência, porém o que sucede é o controle deste tipo de governo por parte dos Estados Unidos que após a segunda guerra mundial vinha se empenhando em reforçar o quanto mais a sua hegemonia no hemisfério³⁰. Estes governos reformistas sofreram o impacto da diplomacia da boa vizinhança e praticamente foram aniquilados e conservados na memória da História. Outro tipo de governo que também podemos considerá-lo de linha nacionalista que pretendia diminuir a dependência crescente do Brasil, foi a política externa independente no tempo de **João Goulart**, sendo que simultaneamente percebia-se certas tentativas de aproximação da

23. Cf. O. Ianni, *Imperialismo...*, op. cit., pp. 42-44, 97; Elliot Abrams, o homem forte dos Estados Unidos na América Latina, manifesta o desejo de acabar com as ditaduras do Continente, diz que os Estados Unidos têm uma política unificada na América Latina, e que o Brasil não sabe o que é o capitalismo, que o Brasil não é controlado pelos Estados Unidos, e que seu desenvolvimento caminha por conta própria, jamais forçado ou artificial: Cf. *Elliot Abrams - a voz do inspetor*, entrevista feita por Flávia Sekles, para a *Revista Veja*, Editora Abril S/A, ano 20, n. 16, São Paulo, 20 de abril de 1988, pp. 5-6.

24. D. Ribeiro, *As Américas...*, op. cit., p. 220; Cf. Doc. Puebla, nn. 65, 336.; Cf. Santo Domingo, nn. 204, 206, 209.

25. Doc. Santo Domingo, n. 207.

26. Cf. O. Ianni, *Imperialismo...*, op. cit., pp. 45, 87, 91-96; David Bronheim, *Inter-american relations in the 1970'S*, conference, New York, April 29, May 2, 1971, pp. 107-121.

27. Cf. Doc. Puebla, n. 417; CNBB, *Igreja: comunhão e missão na evangelização dos povos, no mundo do trabalho, da política e da cultura*, documento (40), 5a. edição, Paulinas, São Paulo, 1988, n. 130.

28. Cf. Doc. Puebla, n. 1069; S. Domingo n. 198; O. Ianni, *Imperialismo...*, op. cit., p. 46; Denis Clair Lambert y Jean-Marie Martin, *América Latina, economías y sociedades*, Fondo de Cultura Económica, México - Madrid - Buenos Aires, 1976, pp. 72-88; Theotônio dos Santos, *Crisi del capitale e processo rivoluzionario*, Gabriele Mazzola Editore, Milano, 1973, pp. 113-126.

29. “*Entre as duas guerras mundiais deste século, as orientações do nacionalismo foram, na América Latina, nitidamente de direita, ou seja, conservadores no fundo e agressivos na forma, apresentando precisamente essa simbiose como a sua contribuição ideológica principal: era-se dinâmico e agressivamente conservador, simultaneamente contra a passividade liberal e a dissolvência socialista e a favor heróica e truculentamente dos valores espirituais e tradicionais da família, da religião, da moral e da pátria. Este foi explicitamente o sentido do nacionalismo latino-americano, que floresceu particularmente na década de 30 e do qual o integralismo brasileiro foi, talvez, o exemplo mais típico.*”; Costa Pinto, *Desenvolvimento...*, op. cit., p. 168.

30. Cf. O. Ianni, *Imperialismo...*, op. cit., pp. 52-53.

América Latina com países africanos, isto é, uma aproximação do Terceiro Mundo. A experiência de política externa independente foi encerrada em 1964 com a deposição de Goulart através do golpe militar, golpe este que resultou numa ditadura que prolongou-se por vinte anos de perseguição ideológica, torturas e assassinatos praticados pelas forças repressivas³¹. O que é sintomático nesta fase é a militarização de toda a América Latina, tanto o governo como toda a política industrial; período em que se desenvolve no Brasil a industrialização no campo bélico. O governo Goulart foi deposto, acusado de estar desenvolvendo um programa de governo de tendência esquerdista-revolucionária, porém, na verdade o que se comprova é a busca de novas relações, tentativa de diálogo com

países tanto do bloco capitalista, como socialista. O golpe militar de 1964 que depõe Goulart, tem necessariamente uma implicação muito estreita com a política desenvolvimentista em expansão³².

O que sucede-se nestes governos é uma tentativa de sair da situação de subdesenvolvimento gradativo que vinha sofrendo, é a fase que podemos chamar de "*desenvolvimentismo industrial*" no âmbito da implantação imperialista. Na América Latina, particularmente nos países preferenciais, nesta época que abrange os anos de 1930 a 1964, tais países empenharam-se em lançar-se na segunda etapa de seu desenvolvimento industrial; a primeira antes de tudo podemos considerar como uma fase econômica que assume formas coloniais, condicionada à exportação de manufaturas e conquistas de fon-

tes privadas de matérias primas ou de mercados cativos; a segunda etapa consiste em aperfeiçoar e reforçar o setor industrial do parque nacional. Os Estados adquirem maior autoridade, contudo a industrialização dentro de um sistema subalterno aumenta a exploração, porque o funcionamento industrial necessita de máquinas, equipamentos e outras necessidades como transportes marítimos, ferroviários, etc.; e tudo isto é buscado fora, ou seja, na capital imperialista. A pequena e média empresa tiveram uma papel considerável nesta fase³³. A terceira etapa do desenvolvimento poderá ser chamada de industrialização interdependente ou associada da economia nacional. Consistiu num incentivo em aumentar a aplicação do capital estrangeiro na América Latina; se diz "incentivo" porque há muito tempo que o capital estrangeiro já vinha sido empregado, já na primeira e segunda etapas desenvolvimentistas. A América Latina não tinha condições próprias para resolver os seus pro-

blemas de transportes, comunicações, energias elétricas, minérios, etc. Esta terceira fase consiste no abrir as portas para o capital estrangeiro, época da chegada das multinacionais nos países aliados preferenciais, principalmente as automobilísticas. No Brasil, tal política econômica acontece no governo de **Juscelino Kubitschek** em seu programa de metas de 1956 a 1960, para o qual o desenvolvimento brasileiro dependerá do capital estrangeiro e nacional, assim como o rumo político da nação³⁴. A expansão do capitalismo hegemônico elimina qualquer que seja o projeto nacional de capitalismo na América Latina. A crise do modelo de capitalismo dependente durante os governos populistas mencionados, "*mostra a não viabilidade do capitalismo periférico. A pretensa ajuda do capital e da tecnologia (contra o capital e a tecnologia do capital nacional, pobre e atrasado da periferia) não produziu o desenvolvimento, porém implantou as sociedades transnacionais que aumentaram*

31. Cf. Doc. Puebla, n. 1262; Doc. S. Domingo, nn. 9, 219; *Imperialismo...*, pp. 54-66; Costa Pinto, *Desenvolvimento...*, op. cit., p. 169: "*O surto do nacionalismo nas antigas colônias em cujas lutas de libertação ele encontrou suas condições originais; a imposição irresistível do desenvolvimento aos programas dos governos e partidos em outras áreas do terceiro mundo; o agravamento da guerra fria a partir de 1950 e as deformações de natureza tática que ela introduz na luta política interna de cada nação e as contradições que isso acarreta na vida política de cada uma e nas relações entre elas, são, entre outros, fatores visíveis que simultaneamente atuaram a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, para mudar o perfil ideológico do nacionalismo em muitos outros países da América Latina, no Brasil inclusive e, talvez, sobretudo. Em nosso entender, as principais mudanças ocorridas em consequência desses fatores consistiram, primeiro, na adoção do nacionalismo pelas correntes de esquerda; em segundo lugar, o esforço feito, no plano político, para torná-lo a doutrina do desenvolvimento e das reformas estruturais da nação.*"

32. Cf. Doc. Puebla, n. 1260; O. Ianni, *Imperialismo...*, op. cit., 178; Caio Navarro de Toledo, *O Governo Goulart e o Golpe de 64*, Ed. Brasiliense S. A., São Paulo, 1987.

33. Cf. Antonio Pedro Tota, *O Estado Novo*, Ed. Brasiliense S. A., São Paulo, 1987.

34. Cf. Doc. Puebla, n. 50; Doc. S. Domingo, n. 251; O. Ianni, *O Colapso do Populismo no Brasil*, Ed. Civilização Brasileira S. A., Rio de Janeiro, 1975, pp. 23-28, 142; Ricardo Maranhão, *O governo Juscelino Kubitschek*, Ed. Brasiliense S. A., São Paulo, 1988, pp. 7-105; C. Furtado, *Formação Econômica da América Latina*, Lia, Editor S. A., Rio de Janeiro, 1970, p. 221; Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1973, pp. 25-125.

a arrecadação de riqueza (economicamente proveito teologicamente vida e sangue dos povos e dos trabalhadores da periferia)³⁵.

Segundo Gordon Connel Smith, os países latino-americanos ao procurarem reduzir o controle do império dominador têm optado por dois caminhos principais: formação de uma frente comum entre eles ou obter apoio fora do hemisfério ocidental. Tanto uma como outra alternativa não tem oferecido um resultado satisfatório; a primeira por falta de um poderio suficiente para o enfrentamento, a outra porque os Estados Unidos

tenta afastar toda a influência externa que possa vir contra os propósitos do bloco trilateral³⁶.

A Igreja em Medellín denuncia "o imperialismo de qualquer tipo ideológico que se exerce na América Latina, de forma indireta e inclusive chegando a intervenções diretas"³⁷.

Ocorre na América Latina que qualquer tentativa em concretizar projetos de cunho nacionalistas ou socialistas no campo político-econômico que fogem do padrão aprovado pelo bloco trilateral não é aceito pelo mesmo, o qual põe em imediata ação o seu monolitismo ideológico prático, interfere e in-

35. Enrique Dussel, *L'etica della liberazione*, in: Rivista "Concilium", anno XX, fasc. 2, 1984, Ed. Queriniana, Brescia, pp. 108-109.

36. Cf. Gordon Connell-Smith, *Inter-American relations in the 1970's*, Boisa Reviw, vol. 5, n. 57, Published by Lloyds & Bolsa International Bank limited, London, September 1971, pp. 514-520; governos que optaram pela via da ruptura estrutural com as relações norte-americanas, foram Fidel Castro em Cuba e Allende no Chile; Cuba valeu-se da mediação revolucionária, ao passo que o Chile preferiu meios pacíficos. A novidade é que Cuba conseguiu substituir o Estado capitalista pelo socialista e resistiu ao intervencionismo do Império norte-americano com o respaldo interventor do Império russo. Allende, por sua vez, fracassou. Mais recentemente se teve o caso Nicarágua, que com a queda do governo da dinastia ditatorial Samosa, adotou-se um regime revolucionário chamado sandinismo, que se inspirava nas idéias e nos feitos de Sandino, um herói revolucionário da história daquele povo. Tratando-se de Cuba, o imperialismo norte-americano nunca aceitou de na América Latina existir um país socialista atrelado ao Império russo, pois sendo assim, o socialismo não é novidade no hemisfério, e, portanto, não é de estranhar o temor que tinha quanto a Nicarágua em vir futuramente reforçar esta outra via sócio-econômica. A guerra fria que foi promovida sobre Cuba, a tentativa de intervenção armada e ideológica, com outras modalidades aconteceu com a Nicarágua. O constante clima de tensão que os Estados Unidos provocou na vida deste último país, foi causa de grande instabilidade social: Cf. O. Ianni, *Imperialismo...*, pp. 47-51, 67-76; para Elliot Abrams, inspetor do governo Reagan na América Latina, os contra-revolucionários que combatem na Nicarágua são considerados pelos Estados Unidos como "combatentes da liberdade"; *Elliot Abrams - a voz do inspetor...*, art. cit., p. 8.

37. Doc. Medellín, Paz, n. 10.

siste em decidir nas questões internas de todo país que procura resolver os seus problemas fora do arco imperialista. Nos países periféricos, regimes de simples tendências nacionalistas, longe de socialistas, já são o bastante para causarem preocupação aos governantes. Porém, a História tem mostrado que muitas vezes a pressão quando é demasiada, pode forçar e anteceder certas rupturas. Várias modalidades de capitalismo têm sido buscadas, contudo o endividamento e a pobreza crescem sempre mais. Tanto o capitalismo de cunho nacional como de linha interdependente, têm na verdade apresentados um resultado final frustrante, apesar de inicialmente os programas prometerem muito por parte dos governos e governantes³⁸.

2. Governos e Governantes

Partindo da realidade latino-americana que é o contexto de reflexão, o ponto de vista referencial para se entender melhor os meca-

nismos de interesses, é preciso esclarecer o significado daquilo que se entende por "governantes" que é distintamente de "governo". Por governantes considera-se os grupos econômicos, políticos e militares que constituem uma classe dominante mundialmente interventora, a qual diretamente ou indiretamente tem uma eficaz participação nos assuntos governamentais, seja no que diz respeito a assuntos internos ou externos, possuem um papel nas decisões de administração dos estados capitalistas. Os governantes compostos pelas classes superiores que detém o poder político e econômico, são os grandes empresários, latifundiários, banqueiros e certos militares. Às vezes eles agem conjuntamente ou distintamente em alguns aspectos dependendo das circunstâncias, dos interesses em jogo.

Esses grupos geralmente são unidos e articulados, pois tratando-se de interesses comuns cada grupo tem uma participação considerável nos demais grupos³⁹. Na América Latina, a grande maioria dos políticos que ainda hoje estão exercendo suas funções estão liga-

38. Cf. O. Ianni, *Imperialismo...*, op. cit., pp. 78-80, 136-139, 193-201; Doc. Puebla, p. 30, n. 47; Doc. S. Domingo, nn. 196, 200-203.

39. Puebla procura oferecer seu contributo como orientação cristã para o exercício da função política: Cf. doc. Puebla, nn. 1237-1238; Doc. S. Domingo, nn. 96, 99; O. Ianni, *Imperialismo...*, pp. 152-153.

dos com esse grupos, portanto, toda a plataforma política de governo que promete favorecer o povo, trabalhar pela justiça e conquistar uma situação mais favorável e humana para os cidadãos, é tudo uma ilusão, sendo o povo constantemente enganado. Não é de se estranhar que os partidos políticos na América Latina não tenham identidade própria; a grande maioria dos partidos, tanto os de direita, como os de esquerda, possuem uma mesma frente, uma mesma plataforma de propostas, e na realidade o resultado realizado não coincide, quando não contradiz com os seus propósitos, apesar de muitas vezes as definições ideológicas serem específicas, não deixando de satisfazer a expectativa da minoria dominante. A autoridade política realmente deixa de ser considerada "uma força moral"⁴⁰. A maioria dos políticos,

pouco estão interessados e convictos da ideologia de seu partido⁴¹. A opção por este ou aquele partido depende do respaldo popular que determinado partido possui; assim sendo, é muito comum os políticos trocarem constantemente de partidos dependendo da popularidade que um ou outro conquista em prejuízo de outros. O importante não é o partido e nem a vocação pela atividade política, e sim, a "profissão política". Na verdade, o único partido que sempre venceu e nunca deixou o poder na América Latina é o dos governantes, com interesses internacionais. Também, os governantes são categorias minoritárias internacionalizadas que detém o acúmulo de riquezas do continente em prejuízo à grande maioria da população, condenada à situações de miséria⁴². Os grupos dominantes opõem e sobrepõem ao povo assalariado, aos

trabalhadores do campo, do comércio, aos operários em geral, etc.; gerando desigualdades e controvérsias na sociedade⁴³. Esses grupos distinguem-se da população que cada vez mais se empobrece. As nações latino-americanas hoje são comparadas à uma grande "pirâmide social extremamente verticalizada"⁴⁴, onde a maioria do povo consiste na formação da base, enquanto uma minoria aproxima-se do vértice dessa mesma pirâmide⁴⁵. O governo na América Latina capitalista é o poder executivo que longe de ser um serviço em favor do povo, é defensor dos interesses dessas categorias que formam a classe social privilegiada. Em suma, o governo está em função de si mesmo e dos governantes. O governo em geral é desacreditado; na verdade não se legitima como representante do povo, pois não age em função dele⁴⁶. O governo demonstra-se abstrato e revela-se como uma formalidade necessária de acordo com as leis constitucionais. Na América Latina, governo é um lugar tenente,

frágil, débil, pois não governa eficazmente, ao passo que os governantes demonstram uma atuação concreta nos rumos dos Estados⁴⁷.

*"Infelizmente, em muitos casos, isso chega ao ponto de que os próprios poderes políticos e econômicos de nossas nações, para além das normais relações recíprocas, estão sujeitos a centros mais poderosos que operam em escala internacional. Agrava a situação, o fato de que estes centros de poder se acham estruturados em formas encobertas, presentes em toda a parte, e se subtraem facilmente ao controle dos governos e dos próprios organismos internacionais"*⁴⁸.

O governo sendo periférico, num sistema de relações de estilo imperialista onde o Estado como um todo é subjulgado e dependente, os governantes procuram e conseguem com muito êxito aliciar o governo, absorvem e lhe oferecem muitas vantagens de ordem particular. A América Latina tem presente a corrupção e suborno penetrado na maioria dos segmentos da

40. Doc. Puebla, nn. 499, 1238; Cf. Doc. S. Domingo, n. 233; O. Ianni, *Imperialismo...*, pp. 132-133.

41. Cf. O. Ianni, *Imperialismo...*, op. cit., pp. 28-29, 77. Segundo Costa Pinto, a crise que se manifesta no plano ideológico provém da própria crise estrutural, resultada por sua vez, da própria frustração acumulada nos planos das expectativas, dos valores e das orientações políticas necessárias, que deveriam capacitadamente promover a substituição do modelo de estrutura arcaica por um mais avançado: C. Pinto, *Desenvolvimento...*, op. cit., p. 56; Cf. T. dos Santos, *Crisi del capitale...*, op. cit., p. 75; O Sínodo dos Bispos, *Vocazione è missione dei laici...*, n. 10, constata este fenômeno como uma realidade dos nossos tempos.

42. Cf. O. Ianni, *Imperialismo...*, op. cit., pp. 123-125; *Instrução sobre alguns aspectos da "Teologia da Libertação"*, Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, Ed. Paulinas, São Paulo, 1978, A Análise Marxista, n. 12; CNBB, *Por uma Nova Ordem Constitucional*, Documento 36, Ed. Paulinas, São Paulo, 1986, nn. 6-8; Doc. S. Domingo, n. 255.

43. Cf. Doc. Puebla, nn. 1257-1259; Doc. S. Domingo, n. 167; O. Ianni, *Imperialismo...*, op. cit., pp. 100-101.

44. C. Pinto, *Desenvolvimento...*, op. cit., p. 188.

45. Cf. O. Ianni, *Imperialismo...*, op. cit., p. 177; Doc. S. Domingo, n. 178.

46. Doc. Puebla, n. 513; CNBB *Por uma Nova Ordem Constitucional...*, n. 96.

47. Cf. Doc. Puebla, n. 498; O. Ianni, *Imperialismo...*, op. cit., pp. 20-21.

48. Doc. Puebla, n. 501.

vida social. O continente sul se vê envolvido por uma mentalidade corrupta tão evidente e explícita, que é comum a instrumentalização das constituições legais para cometer graves injustiças e desrespeitos aos direitos do povo. Portanto, os poderes constitucionais não conseguem atuar devidamente com justiça e honestidade e são poderes que simplesmente existem sem esforçarem-se para que haja governo, reforçando os interesses e o poderio dos governantes. As relações entre países estruturalmente dependentes dos impérios dominantes tendem a gerar grupos parasitários e corrompidos na vida política⁴⁹.

“A exaltação desmedida e os abusos do Estado não podem, contudo, fazer esquecer a necessidade das funções do Estado moderno, respeito dos direitos e das liberdades fundamentais. Estado que se apóie sobre uma ampla base de participação popular, exercida através de diversos grupos intermédios. Propulsor de um desenvolvimento autônomo, acelerado e equitativo, ca-

paz de afirmar o ser nacional diante de pressões ou interferências indevidas, tanto em nível interno como internacional. Capaz de adotar uma posição de ativa cooperação com os esforços de integração continental e no âmbito da comunidade internacional. Estado, enfim, que evite o abuso do poder monolítico, concentrado nas mãos de poucos.” (Doc. Puebla, n. 541)

3. O Poder Empresarial

Com a já mencionada terceira etapa imperialista, a economia interdependente na industrialização que se dá com a instalação de corporações monopolistas na América Latina, exploradas de riquezas minerais e de produção industrial, vêm a enriquecer não as nações em que suas filiais se encontram presentes, mas o império de onde suas matrizes coordenam os projetos e a produção em geral. É uma fase evoluída no sistema industrial que acarreta na importação de uma tecnologia avançada. O que

se pensava sobre a industrialização estrangeira na América Latina, no sentido de trazer progresso e um futuro bem estar ao país, hoje a realidade tem mostrado que foi uma expectativa ingênua por parte de certos governos.

O efeito lucrativo e próspero que as multinacionais representam para os países que dominam a moderna tecnologia industrial não sucede o mesmo nas nações dependentes, e sim tornam-nas ainda mais dependentes, condenando-as ao atraso e à miséria⁵⁰. Com as multinacionais, o capitalismo que foi interiormente ameaçado como conseqüência da segunda grande guerra, volta a se fortalecer. As multinacionais na América Latina geram contradições entre povos e governos que procuram, às vezes de forma desesperada e pouco refletida, novas formas de se livrarem do subdesenvolvimento e desenvolverem uma economia inde-

pendente. As multinacionais são organizações industriais que por conseqüência de seu incomparável poderio econômico, agem com força determinante em toda a estrutura social, não só no setor econômico sobre o qual possuem controle absoluto, mas também nos demais setores, como o político, o cultural, o religioso, etc.; são eficazes canalizadoras do intervencionismo imperialista⁵¹.

As pequenas e médias empresas nacionais que sempre significaram às nações maior renda que todas as multinacionais juntas, por falta de incentivo e apoio político estão entrando numa fase de total falimento. A idéia de uma industrialização associada ou interdependente, está levando os países a uma dependência ainda maior que a História jamais conheceu⁵².

Processa-se esse sistema como uma nova recolonização onde os povos continuam sofrendo os efei-

49. Cf. Doc. Puebla, nn. 58, 69, 494, 1227; Doc. S. Domingo, nn. 192, 198, 203, 233; O. Ianni, *Imperialismo...*, op. cit., p. 176; Alonso Aguilar Monteverde, *Teoría y política del desarrollo latino-americano*, México, 1967, p. 97; José Carlos Mariategui, *Ideologia y política*, Empresa Editora Amauta, Lima, 1969, p. 87; Igreja: *Comunhão e Missão...*, n. 13; P.C.J.P. *A serviço da comunidade humana: uma consideração ética da dívida internacional*, Paulinas, São Paulo, 1987, p. 25.

50. Cf. O. Ianni, *Imperialismo...*, op. cit., p. 171; T. dos Santos, *Crisi...*, op. cit., pp. 113-126. Para a prática de uma pastoral que ofereça um contributo de mudanças das estruturas de dominação, Puebla constata “o fato da nossa dependência econômica, tecnológica, política e cultural: a presença de grupos multinacionais que muitas vezes velam por seus próprios interesses à custa do bem do país que os acolhe; a perda do valor de nossas matérias-primas comparado com o preço dos produtos elaborados que adquirimos”: Puebla, n. 66; Cf. Doc. S. Domingo, n. 198.

51. Cf. Doc. Puebla, n. 1277; O. Ianni, *Imperialismo...*, op. cit., pp. 154-166, 202-207; A *serviço da comunidade humana...*, pp. 31-32; Luciano Martins, *Nação e corporação multinacional*, Ed. Paz e Terra S/A, Rio de Janeiro, 1975, pp. 55-101.

52. Cf. Bernard Kucinski, *O que são multinacionais*, Ed. Brasiliense e Abril Cultural, São Paulo, 1985.

tos da "atualização histórica"⁵³, tornando-se difícil na América Latina alcançar o mesmo ritmo dos sistemas produtivos modernizados, falta tecnologia e diversos recursos para obtê-la. Parece que no decorrer de todo o processo do desenvolvimento industrial, a América Latina nunca conseguiu sair da condição de subdesenvolvida, pois este modelo é planejado, as multinacionais juntamente com outras forças aliadas possuem poder decisório na ocorrência de estabilidade ou crise estrutural nos

países que são áreas de domínio. "O objetivo último da produção econômica é assegurar para cada pessoa, cada família e para toda a comunidade, condições de vida digna: é o Bem Comum. Ora, o nosso modelo econômico de desenvolvimento, voltado para o lucro desenfreado, desconhece esse objetivo fundamental. Além do mais, grande parte do lucro vai para o capital internacional, numa dependência que se exprime na ação exploradora das multinacionais e no endividamento

externo. A expansão desse modelo de desenvolvimento ameaça também a qualidade de vida pela contaminação do meio ambiente, principalmente em zonas de alta concentração industrial e pela exploração predatória da natureza, que põe em risco o sistema ecológico"⁵⁴.

Pe. José Benedito Simão é Doutor em Teologia Moral e Vice-Diretor Acadêmico da Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção. Endereço: Av. Nazaré, 993 Ipiranga - SP - CEP 04263-100

53. "Por atualização ou incorporação histórica, designamos os procedimentos pelos quais esses povos atrasados na história são engajados compulsoriamente em sistemas mais evoluídos tecnologicamente, com perda de sua autonomia ou mesmo com a sua destruição como entidade étnica. Este foi o caso, por exemplo, da incorporação de povos autóctones subjulgados pelos conquistadores e de populações africanas trasladadas como mão-de-obra das minas e das plantações tropicais, nas formações coloniais escravistas da América. O conceito da atualização retrata, por isso mesmo, tanto situações de caráter regressivo - do ponto de vista das entidades étnicas avassaladas, traumatizadas ou destruídas - como conteúdos progressistas, enquanto um procedimento de incorporação de povos atrasados a sistemas sócio-econômicos mais avançados. A característica fundamental do processo de atualização histórica está no seu sentido de modernização reflexa com perda de autonomia e com risco de desintegração étnica.

No corpo desses processos de incorporação ou atualização histórica é que se devem situar os movimentos através dos quais uma sociedade sofre os efeitos indiretos de alterações havidas no sistema adaptativo de outras sociedades. Em muitos casos, esses efeitos produzem profundas transformações progressistas em seu modo de vida, mas conduzem fatalmente ao estabelecimento de relações de dependência entre a sociedade reitora e a sociedade periférica, sujeita à ação reflexa. Tal ocorre, por exemplo, com a difusão dos produtos da revolução industrial, como instalações de ferrovias ou de portos que modernizaram enormes áreas em todo o mundo extra-europeu, apenas para fazê-las mais eficazes como produtoras de certos artigos, mas que, nada obstante, as tornaram importadoras de bens industriais. Por esse processo, é que as populações latino-americanas, com a independência, desatrelaram-se da condição de áreas coloniais de uma formação mercantil-salvacionista para cair na condição de áreas neocolonialistas de formação imperialistas industriais."; Darcy Ribeiro, *O processo civilizatório*, 5a. edição, Vozes, Petrópolis, 1979, p. 56; Cf. *As Américas...*, op. cit., pp. 34-36; 44-45.

54. *Igreja: comunhão e missão...*, n. 135, Cf. Doc. Puebla, nn. 127-141, 327, 496, 1236; Doc. S. Domingo, nn. 169, 172, 197.